


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006251-68.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 20/01/2015 15:43:53 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

ESPÓLIO DE ELIZABETH FERREIRA FONTANA ME propõe ação contra **PASCOLATE BISCOITOS e CHOCOLATES LTDA** aduzindo que adquiriu da requerida, através de contrato de compra e venda com reserva de domínio, um caminhão e que após quitado o preço, a ré deixou de cumprir cláusula contratual quando não liberou o CRV do veículo à compradora. Requereu em sede de antecipação de tutela, que a requerida fosse obrigada a lhe entregar o CRV do veículo e no mérito a aplicação da multa contratual prevista na cláusula 15ª do contrato (fls. 24/29).

Juntou documentos (fls. 13/33).

A antecipação da tutela não foi concedida (fls. 43/46). Pedido de reconsideração da decisão denegado a fls. 75/76.

Agravo de instrumento interposto teve seu seguimento negado (fls. 133/134).

Em contestação (fls. 105/110), a requerida denunciou à lide o Banco Santander S/A afirmando ser este o responsável pelos transtornos causados à autora já que inseriu um "gravame" sobre o bem. Em preliminar aduziu ausência de interesse processual e ilegitimidade passiva. No mérito, reconheceu a adimplência do contrato havido entre as partes e asseverou ser o Banco o responsável pela conduta prejudicial à autora.

Houve réplica (fls. 153/158). Juntou documento fls. 159.

As preliminares foram afastadas e a denunciação à lide indeferida (fls. 161/165).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Ofício ao Banco Santander foi expedido nos termos da decisão de fls. 165, item "e". A fls. 185, complementado a fls. 193/207, informou o Banco que o veículo foi dado, pela ré, em garantia a contrato datado de 17/07/2009, em 24 parcelas, já liquidadas.

A fls. 217/218, ante o falecimento da autora, o polo ativo foi modificado para constar o Espólio (fls. 242/243).

A fls. 248/250, o documento foi apresentado nos autos e por termo (fls. 279), entregue à autora. A transferência não foi efetivada (fls. 294/295) porque decorridos mais de 30 dias da data da assinatura do recibo.

A fls. 263/265, manifestou-se a autora afirmando que não pode emitir a Nota Fiscal de entrega da empilhadeira dada como parte do pagamento do veículo, por culpa exclusiva da ré.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O pedido de entrega do documento está prejudicado. Tal já foi feito nos autos e retirado pela autora, como constou do relatório supra.

Todavia, apesar do atraso, não há se falar em aplicação da multa prevista na cláusula 15ª do contrato. No contrato não havia previsão alguma sobre a entrega do documento. Veja-se, a autora sabia que o veículo encontrava-se alienado ao Banco Santander até porque há cláusula expressa prevendo as obrigações da ré em manter o pagamento junto ao Banco (cláusula 11ª).

A "liberação" a que se referiu a cláusula 1ª tratava-se, obviamente, da liberação do gravame imposto pelo Banco, e não da entrega de eventual documento.

Observe-se ainda que é de conhecimento público que o Banco não retém o documento de transferência, assim, a obrigação da entrega do CRV era exclusivamente da empresa ré.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo prejudicado o pedido de condenação da ré na obrigação de entregar o certificado, e julgo improcedente o pedido de condenação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

ao pagamento da multa contratual.

Houve sucumbência recíproca, de modo que cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais e os honorários advocatícios compensam-se integralmente.

Saliento que a sucumbência é recíproca pois o autor somente conseguiu o certificado (obrigação de fazer) após movida a ação. Segundo o princípio da causalidade, é imputável à ré a necessidade de propositura da demanda.

Transitada esta em julgado expeça-se ofício ao Ciretran local, com cópia de fls. 294/295, para que proceda à transferência do veículo. O ofício será retirado pela procuradora do espólio-autor, e deverá ser apresentado ao Ciretran junto com o CRV.

Os demais requerimentos constantes de fls. 294/295 ficam indeferidos pois não constituem objeto deste processo.

Oportunamente arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 27 de janeiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA